

## ÍNDICE GERAL

Prefácio .....	5
----------------	---

### PARTE I

#### Enquadramento jurídico geral

1. Introdução.....	9
2. A protecção de patentes farmacêuticas: o contexto jurídico-económico das patentes “pipeline” .....	10
2.1. Propriedade intelectual e desenvolvimento tecnológico.....	10
2.2. Medicamentos inovadores vs. cópias.....	13
2.3. Patentes vs. Pacientes.....	18
3. Patentes “pipeline” .....	22
3.1. Caracterização .....	22
3.2. Generalização das patentes “pipeline” .....	23
3.3. Novidade da invenção e patentes “pipeline” .....	25
3.4. Extensão das patentes e patentes “pipeline” .....	27
3.4.1. Extensão da patente como compensação pela sua redução .	29
3.4.2. Extensão da patente como incentivo ao aperfeiçoamento do produto.....	31
3.4.3. Patente europeia e extensão das patentes.....	34
3.4.4. Extensão das patentes e o carácter derivado das patentes “pipeline”.....	36
3.4.5. Extensão das patentes e protecção efectiva .....	37
3.4.6. Não excepcionalidade da extensão das patentes.....	38
3.5. Ponderação de interesses e concordância prática .....	39

4. Propriedade intelectual das patentes farmacêuticas e direito internacional	41
4.1. A WIPO e outros instrumentos internacionais	41
4.2. NAFTA e patentes farmacêuticas	43
4.3. SAFTA, FTAA e patentes farmacêuticas	44
4.4. Protecção das Patentes no Contexto do Desenvolvimento Sustentável – o Acordo de Cotonu	45
4.5. A OMC e o acordo TRIPS	47
4.5.1. Protecção de patentes farmacêuticas no TRIPS	45
4.5.2. Restrições à propriedade intelectual e direitos humanos	52
4.6. Os tratados internacionais e o direito brasileiro	59
4.7. O TRIPS e o direito brasileiro	61

## PARTE II

### A questão da constitucionalidade

5. A questão da constitucionalidade das patentes “pipeline”	65
5.1. A Lei da propriedade industrial de 1996	65
5.1.1. Um novo paradigma regulatório	65
5.1.2. Disciplina jurídica das patentes “pipeline”	70
5.1.3. Contagem do prazo das patentes “pipeline”	76
5.2. A Constituição Federal de 1988	83
5.2.1. Enquadramento constitucional da propriedade intelectual	83
5.2.2. A constitucionalidade das patentes “pipeline”	87
5.2.3. Patentes “pipeline” e soberania nacional	88
5.2.4. Patentes “pipeline” e discriminação entre nacionais e estrangeiros	90
5.2.5. Patentes “pipeline” e concorrência	93
5.2.6. Requisito da inovação e patentes “pipeline”	95
5.2.7. Direitos adquiridos e protecção da confiança	103
5.2.7.1. Direitos adquiridos e admissibilidade das patentes “pipeline”	103
5.2.7.2. Segurança jurídica e protecção da confiança	105
5.2.7.2.1. Relatividade dos direitos adquiridos	110
5.2.7.2.2. Intensidade da retroactividade e direitos adquiridos	111

5.2.7.2.3. Direitos adquiridos e meras expectativas	112
5.2.7.2.4. Alteração retrospectiva do quadro regulatório	116
5.2.7.2.5. Correção retrospectiva de situações de omissão ou defeito de protecção	120
6. Conclusões	125
<b>Abreviaturas</b>	139